

Levantando a luva

Quando, em fevereiro de 1987, o presidente da República convocou o Conselho de Segurança Nacional para que se aprovasse a decretação da moratória, fez questão que da reunião participassem representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, como que se quisesse dar a impressão a todos de que a grave decisão fora resultado de uma opção do *Estado* brasileiro. Anteontem, ao decretar *de jure* a suspensão da moratória, o Conselho de Segurança reuniu-se apenas com os membros do Poder Executivo. Não só não havia o que festejar, como parecia que o ato de contrição não deveria ser presenciado pelos demais representantes do Estado brasileiro.

Teria sido normal que o presidente José Sarney tivesse feito, ao Conselho de Segurança Nacional, relato circunstanciado dos resultados da adoção da medida extrema, dos prejuízos e benefícios que trouxe para o País. Teria sido normal, mas tal não se fez. S. exa. preferiu tecer considerações gerais sobre o problema da dívida externa e fazer o elogio da conduta de seu governo nas negociações que culminaram na conclusão dos acordos com o FMI, o Clube de Paris e os bancos credores.

Essas ressalvas não encobrem o fato de o discurso do presidente José Sarney conter muitos pontos dos quais é difícil discordar, pois revelam madura reflexão sobre a situação dos países devedores diante da magnitude da crise da dívida externa. Não é relevante, nesse contexto, saber se a dívida ex-

terna da América Latina com relação ao seu Produto Interno Bruto subiu de 35,7%, em 1980, para 57,8%, em 1988. O significativo é ter presente que os países devedores se transformaram em países exportadores de capitais, o que parece contra-senso se se considerar a fragilidade deles de uma perspectiva econômica mais geral. Igualmente importante é ter presente que, se não forem encontradas soluções corretas para a questão da dívida externa, em breve o desenvolvimento dos países devedores, em especial os da América Latina, estará definitivamente comprometido, abalando o sistema internacional.

Essa deterioração, depreende-se da fala do presidente Sarney aos membros do Conselho de Segurança Nacional, s. exa. não a deseja. Daí o empenho na defesa da tese — que repetidas vezes sustentamos destas colunas — segundo a qual existe uma co-responsabilidade entre devedores e credores, uns e outros com a obrigação de encontrar solução para a grave crise.

Há algo mais, porém, no discurso do presidente Sarney. S. exa. assume plenamente as responsabilidades pela moratória e pelas negociações que conduziram a seu fim. Ao fazê-lo, o chefe do governo faz questão de respaldar o ministro Mailson da Nóbrega e defendê-lo dos ataques daqueles que não concordam com sua disposição de negociar com a comunidade financeira internacional e, mais do que isso, reclamar que se reduza o déficit público. Na verdade, o elogio do pre-

sidente Sarney a seu ministro da Fazenda é mais do que merecido: é necessário nesta hora difícil em que a política econômica recebe críticas de todos os lados. Enquanto as restrições partiam de economistas ou técnicos, a resposta do ministro poderia ser pessoal e direta. Quando elas são orquestradas por governadores e políticos, o quadro muda de figura.

Nessas circunstâncias, foi providencial a ação do presidente da República para desfazer a trama que alguns governadores começam a armar em torno do sr. Mailson da Nóbrega, levados por interesses regionais, por mais respeitáveis que sejam. Ao assumir a responsabilidade pela política que resultou nos acordos que o ministro Mailson da Nóbrega deverá assinar, o presidente da República deu sua resposta aos governadores e aos que desejam transformar a questão da dívida externa — já equacionada, graças a Deus! — em plataforma eleitoral.

Invocando o princípio da responsabilidade compartida e assumindo a responsabilidade pela negociação concluída com êxito, o presidente Sarney deu seu recado aos governadores que parecem dispostos a deitar abaixo os esforços da União para conter o déficit público e a inflação. Resta saber, agora, qual será o resultado da luta que já é pública entre os interesses regionais e a política econômico-financeira da União, que não é do ministro Mailson da Nóbrega, mas do presidente da República!